

ACCÇÃO  
REALÍIS  
ta

revísta  
quínzenal

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

---

## SUMARIO

<i>Condessa de Trani</i> .....	
<i>O drama de Antero de Quental</i> .....	por Mário de Albuquerque
<i>A divisão territorial portugêsa</i> .....	por Luis Chaves
<i>O 1.º aniversario da «Acção Realista».</i>	
<i>Partidos Politicos</i> .....	por Bento Caldas

### CRITICA & FACTOS

*Letras*, por Visconde Porto da Cruz, João Ameal e Ernesto Gonçalves — *Acção Realista Portuguesa* — *Vária*.

## A VISO

Enquanto não resolvermos certas dificuldades tipograficas, não nos podemos comprometer a publicar um numero todos os quinze dias. No entanto, a periodicidade da *Acção Realista* nunca excederá um mez. Procuraremos fazer sair quinzenalmente, o mais breve possivel, a nossa revista.

---

Toda a correspondência relativa à administração deve ser endereçada ao editor e gerente sr. Pedro E. da Camara.

# ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	EDITOR E GERENTE Pedro E. da Camara	Assinaturas (Pagamento adiantado) SÉRIE DE 10 N.ºs—10\$000 RÉIS Numero avulso — 1\$000 réis
--	--	---

## Condessa de Trani

Encontra-se de luto a serenissima Casa de Bragança, pela morte, em Munich, de S. A. a Senhora Condessa de Trani, avó de S. M. a Rainha Senhora D. Augusta Victoria.

A Augusta Princeza nasceu a 9 de Setembro de 1843 e casou em Munich a 5 de Junho de 1861 com o Principe Luis, Conde de Trani, de quem enviuvou a 8 de Junho de 1886.

Desse casamento, houve uma unica filha, S. A. a Senhora D. Maria Tereza falecida em Cannes a 1 de Março de 1909.

A 27 de Junho de 1889, casou esta Augusta Princeza com o Principe Guilherme de Hohenzollern, nascendo deste consorcio S. M. a Rainha Senhora D. Augusta Victoria, esposa de S. M. El-Rei D. Manuel II.

A *Acção Realista* acompanha S. S. M. M. na grande dôr que os feriu e afirma-lhes o mais profundo pesar pela morte de S. A. a Senhora Condessa de Trani.

# O drama de Antero de Quental

Tenho mais de uma vez, em holocausto à vdia triunfante, queimado os ídolos dentro de mim mesmo. Dão uma infinita luz os deuses ardendo. Iluminam largos horizontes.

Estas fogueiras, sagrados autos de fé, nunca atingiram a complexa figura de Antero, o poeta mais nobremente intelectual do seculo XIX. O meu respeito por esse estranho sofredor, crucificado na própria alma, tem crescido sempre.

Muitas vezes investiguei as misteriosas raizes da sua angustia, e hoje, diante das *Cartas*, onde palpita toda a sua dramatica personalidade, ocorreu-me a idéa que Antero se podia ter salvo pelo casamento. Foi pelo casamento que seu companheiro Eça de Queiroz deu ao melancolico Jacinto do 202 o principado da Gran-Ventura. Ora, Jacinto era irmão de Antero: ambos buscaram baldamente a perfeição, Antero na metafísica, Jacinto no progresso mecanico. A mesma doença, «o excesso do principio da intelligencia» como a definiu Lange, que o proprio Antero, falando de Renan, considerava o *mal do seculo*, atirou um para o *desespero*, o outro para a *indiferença*. Jacinto curou-se do tédio, procurando no humus primitivo as antigas seivas; Antero não conseguindo enraizar-se, veio a parar no suicidio.

Antes de explicar o remedio, quero, porém, em traços rapidos, formular o diagnostico. De uma familia de místicos, o seu espirito era naturalmente religioso, como ele proprio o confessa na carta anti-biographica — modelo de analise — escrita a Wilhelm Storck, quatro anos antes da morte.

Todos os amigos o tratam por Santo Antero, e reconhecem que, tresentos annos atrás, teria sido um cenobita, erguendo hinos a Deus na solidão da montanha. Oliveira Martins, acaba mesmo o prefacio de *Os Sonetos* declarando que este homem, fundamentalmente bom, no seculo VI ou no seculo XIII teria acompanhado S. Bento ou S. Francisco de Assis.

Atirado muito novo, do seio patriarcal de uma velha familia historica, já com representantes illustres no tempo de Afonso, o Africano, para o meio turbulento de Coimbra, onde se chocavam em grande alarido as desvairadas e contraditórias correntes do pensamento, sentiu varrer-se-lhe a educação catolica e tradicional. Caiu então, para me servir de suas proprias palavras, em um *estado de duvida e de incertezas*.

Grande parte da tragedia anteriana — e o mago de *Os Sonetos* adivinhou-a — reside no conflicto da sensibilidade catolica com o germanismo filosofico. Foi vão todo o esforço para harmonizar os sentimentos com as idéas, isto é, o homem meridional, descendente dos navegadores religiosos do seculo XVI, com o homem metafísico da nevoenta Germania.

Da angustiosa luta nasceu a angustiosa apóstrofe:

.....se és verdade  
Descobre-te, visão, no céu ao menos!

Entretanto, a ancestralidade ás vezes rompe gloriosamente e o poeta do *Ignoto Deo* ergue as mãos em louvor da Virgem Santissima que lhe aparece :

Feita só do perdão, só da ternura  
E da paz da nossa hora derradeira.

Mas depois deste repouso torna a apoderar-se de sua alma a duvida, o diabo tentador dos anacoretas. Inutilmente ergue o espirito até Deus ; Deus continúa a mais indecifável das interrogações ;

Virou se para Deus minha alma triste  
.....  
Só me falta saber se Deus existe !

Em politica encontra-se tambem dominado por duas forças hostis. Antero, filiado na *Internacional*, que em Paris, por amor aos principios, se fez tipógrafo, é no fundo um aristocrata monarchico. Depois do aparecimento das *Cartas*, foi mesmo estudado por esse alto espirito que foi António Sardinha como um camarada mais velho, um precursor teorico da contra-revolução.

Impellido em sentidos opostos, torna-se impotente para acabar as campanhas começadas com belico furor. Fazem-no chorar lagrimas de agonia as duas almas encarceradas em uma só alma. E essa luta encarniçada leva-o a considerar que *sempre o mal peor de todos foi ter nascido* porque diz em outro soneto, o calix amargoso da desgraça, *é largo como o oceano é largo e fundo*. Desolado, foi procurar no *selo inalteravel* da morte libertadora a *paz universal*.

Expostos os caracteres da doença, o diagnostico póde-se resumir nos seguintes termos : conflicto de hereditariedade com o meio e da educação familiar com a educação filosofica.

O remedio estava no regresso aos antepassados, à familia. E tanto mais me convenço disso quanto é certo que um pequeno traço familiar o ia salvando. Antero adoptou duas meninas, órfãs de Germano Meireles, com quem fora viver em Vila do Conde. Ali, diz Eça de Queiroz, levou uma existencia «verdadeiramente edificante... o velho Santo António no monte Colin não vivia um viver mais puro, mais entregue ao ideal, á perfeição, á Vida Eterna».

E já que tive de incomodar Eça de Queiroz, como testemunha, ouçamos o resto do seu depoimento : «Sabia que o meu amigo estava quasi são, quasi sereno. Mas foi uma prediosa surpresa quando ao fim dessa separação. . . avistei. . . um Antero gordo, roseo, refflorido» . . . «Findara a lucta implacavel : o seu grande coração, emfim descansava em paz».

Antero não estava absolutamente curado, mas a lucta amortecera, e com um passo mais atravessaria as portas de oiro do Palacio da Ventura, não do aereo palacio onde encontrou.

..... só cheio de dor, Silencio e escuridão – e nada mais,

mas do autentico palacio da perfeita ventura. Não passou do limiar, porque de novo um genio malefico o impeliu para a selva emaranhada.

Tambem, nas cartas, encontramos alguns indicios de pacificação. Num momento de maior unidade espiritual, escreveu a Oliveira Martins, que, aliás, o apresentou como um *budista*, que o cristianismo catolico é o mais profundo sistema, de tal fórma casado com a complexa natureza humana que quem o não conhece e compreende «não póde dizer que conhece e compreende «a humanidade».

Concentrou toda a sua alma na formação do *homem interior*, á maneira dos místicos, para poder morrer depois duma vida «tão agitada e dolorosa, na placidez dos pensamentos . . . e, como diziam os antigos, na «Paz do Senhor». Não o conseguiu, porque em vez de ouvir dentro de si a voz do sangue, o clamor dos antepassados, ouviu a desconsolada voz do século.

No casamento tinha a ponte de salvação, o seguro caminho para reintegração na familia. Unido a uma mulher heroica como a Verónica, de fortes crenças seculares, aristocrática e bem portugueza, teria encontrado o sentido da vida.

O *eterno feminino* não ocupa muitas paginas na obra de Antero, mas deixou nelas algumas notas profundas, sinais duma alma sequiosa de «amar! mas dum amor que tenha vida . . . »

Talvez a eleita para lhe mostrar a Terra da Promissão fosse essa misteriosa *A. M. C.*, a quem dedica quatro sonetos e por quem amaria a gloria.

Talvez fosse essa graciosa *pequenina* dos quinze anos. Se é que as duas não são uma só.

Antero, nas cartas, lembra a um amigo que o preceito biblico «não é bom que o homem esteja só» encerra uma grande dóse de verdade e que apenas «é verdadeiramente livre aquele que sabe limitar voluntariamente a sua liberdade». E' natural que Antero tivesse divisado o seu proprio remedio ao recomendar o casamento aos atacados *do mal do século*, embora em menor gráo.

Folheemos a correspondencia.

A Fernando Leal diz textualmente :

«Esse isolamento no meio de uma multidão é pernicioso. O Fernando precisa de uma mulher ; e procurando bem, creio que mais facilmente achará a que lhe convem no meio dessa confusa Lisboa do que noutra parte. Descubra uma mulher pobre, boa e simples, case com ela e vá para a India. Demore-se por lá anos. Noutro meio e com essa companhia, a vida lhe virá gradualmente parecendo outra coisa.»

E, depois de longos divagações, conclue :

«E para terminar, imitando a *delenda Carthago* de Catão, repetir-lhe-ei : saia de Lisboa e, se puder, case.»

Mas Antero não ficou por aqui ; dois anos depois (1888), escreveu a Jaime de Magalhães Lima :

Já me tardava vel-o casado e posso dizer-lhe agora que mais de uma vez tinha pensado nisso, e sentido até tentação de lhe dar esse conselho ; mas achava materia tão delicada, tão absolutamente do fóro intimo, que nunca me atrevi. Veja, pois, com que prazer recebi a noticia que me deu !

O dia do seu casamento será para mim uma verdadeira alegria . . . »

Casado, Antero devia escutar em si, feita verdade, a voz augusta de Tertuliano, vinda da noite dos séculos: — «Todas as vezes que os casados estão juntos, o Senhor está com eles».

E na companhia do Senhor não mais seria «filho abandonado».

*Mário de Albuquerque*

*A historia falsificada constitue hoje para a pedagogia republicana a razão intelectual da consolidação do regime. E' terreno em que os bons soldados da nossa tradição católica e monárquica necessitam de aceitar o combate. A pátria não é só a inviolabilidade do território em que se nasceu. É também a integridade da sua conformação hereditária. Ora entre nós não existe o conceito moral de pátria. O conceito moral de pátria é determinado pelo reconhecimento devido ao património das gerações que passaram.*

*António Sardinha* (prólogo da nova edição da *Historia e Teoria das Côrtes Gerais* pelo Visconde de Santarem).

# A divisão territorial portuguesa

(PLANO DE REORGANIZAÇÃO INTEGRAL)

## 1.ª PARTE

### A organização antiga

(Continuado do n.º 21)

A nomenclatura das provincias é corographica. O *Entre-Douro-e-Minho*, conforme o nome o indica, abrangia toda a região entre os rios Douro e Minho, como dentro de ella havia o concelho de Entre-Homem-e-Cavado com cabeça em Amares, e como essa outra provincia de Entre-Tejo-e Guadiana, o moderno Alentejo; tão regional como as varias designações de Riba-Tamega, Riba-Tua, Riba-Tejo, Riba-Côa, etc.

*Trás-os Montes*: «porque do Reino da Galiza até o Douro de norte a sul atravessam uns montes mui altos, que parece estão cercando a provincia do Minho como fazem os Alpes á Italia; e são de tanta eminencia estes montes que em muitas partes tem uma legua de subida aspera, como se experimenta nas serranias do Gerez, e alturas do Marão, e assim havendo respeito ao Minho, fica esta provincia além d'aquelles montes que lhe deram o nome.»<sup>1</sup>

O nome provem da sua situação detrás das Serras, que correm pelo Nascente do Minho, ou melhor do Entre-Douro-e-Minho, o *Condado Portucalense*, primeiro núcleo do futuro Reino de Portugal.

Explica-o bem na sua expressão popular o Dr. Leite de Vasconcellos. — «Ainda no seculo XIV *Trás-os-Montes* era uma frase onde *Trás* tinha função de preposição: num documento publicado pelo Snr. Moura Coutinho nO *Archeologo Português*, XIV, 309, lê-se «Justo Giraldes Corregedor por my *tras os montes*» (e não com *em* preposto como se imprimiu entre colchetes). Depois é que *tras* perdeu a sua função, e se encorporou no resto da frase, valendo tudo por uma só palavra, e tanto, que esta se pode fazer preceder de preposição: *em Trás-os-Montes* (ou *em Trallos-Montes*); contudo a encorporação não é tão absoluta, que na mente do povo não ficasse certo ressaibo da composição primitiva, como a cantiga o mostra, visto que a *Trás-os-Montes* corresponde nela sinonimamente *Trás-da-Serra*, e visto que se diz *trás* e não *tras* (= *trás*); além d'isso não pode juntar-se-lhe o artigo.»<sup>2</sup>

<sup>1</sup> J. Bautista de Castro, *Mappa*, I, 33.

<sup>2</sup> Leite de Vasconcellos, *O Archeologo Português*, Lisboa 1917, XXVII, p 38; ou separata *Por Trás-os-Montes*, p 42



A cantiga a que o Dr. Leite de Vasconcellos se refere é esta :

[Vós] chamais-me *mira. mira.*  
 Eu não sou de Mirandela,  
 Sou da *Terra de Bragança.*  
 Provincia de *Trás-da Serra.*

«Antes de se adoptar na nossa lingua a designação de *provincia*, dizia-se simplesmente *terra da Beira*, como por exemplo se lê em um documento do sec. XV de que vi copia no arquivo da Camara municipal de Pinhel», — diz àcerca da Beira o Dr. Leite de Vasconcellos. <sup>1</sup> E Bautista de Castro, procurando explicar a origem da palavra, divagueia : «ou porque seus primeiros habitantes se chamavam Berones», segundo Fr. Bernardo de Brito na *Geografia Lusitana*, cap. IV ; ou «respeitando-se a sua situação, por ser toda cercada de agua dos rios Douro, Tejo, Côa, e Oceano, significa o mesmo que Margem, Borda ou Beira», e cita a propósito Fr. Pedro Poyares e Luís Caetano de Lima.

E não reparou que o mais simples era ver que a Beira era formada pelas terras á beira do Condado Portucalense, ou á beira do Douro, designação congénere da das outras provincias.

A proposito da *Extremadura*, cuja explicação é clara, diz o prof. Fortunato de Almeida : «fundado em 1153 o mosteiro de Alcobaça, da ordem de S. Bernardo ou de Cister, D. Afonso Henriques doou-lhe extensos territorios na Extremadura, provincia então deserta, *por ser durante largos anos, como o nome indica, a divisoria entre cristãos e muçulmanos, e portanto campo aberto ás correrias e devastações duns e doutros.*» <sup>3</sup>, diriamos, por ser a *Extrema* das terras de uns e outros.

O *Entre-Tejo-e-Guadiana*, ou *Antre-Tejo-e-Odlana*, era a região de planícies entre os dois rios até o Algarve, designação paralela á de Entre-Douro e-Minho. O nome de *Alentejo* formou-se evidentemente da situação de essas terras em relação aos povos do Norte do Tejo, e talvez mais propriamente em relação aos ribeirinhos da margem direita se não exclusivamente aos habitantes de Lisboa, já capital.

Os Arabes chamaram *Qarbe* e *Algarbe*, ahí pelo fim do sec. XI, a todo o territorio do Algarve, Alentejo, parte da Extremadura Espanhola, talvez da provincia andaluza de Sevilha, e a Extremadura Portuguesa ainda não conquistada pelas gentes de Cristo. Dividiam-se todas estas terras em tres provincias :

— *Alcunu* — capital *Xelbe* (Silves), com *Haron* (Faro) e *Tabira*, junto da costa ; *Mertola* na margem direita do Guadiana ;

— *Alcacer* : com as cidades e villas portuguesas de *Iáborá* (Evora), *Ielbax* (Elvas), *Beja*, *Alcacer* (—do Sal), *Julumania* (Juromenha) e *Xerba* (Serpa) ; — e espanholas de *Merida*, *Batalloce* (Badajoz), *Xerix* (Jerez de los Caballeros), *Cantara Aceife* (Alcantara), *Curia* (Coria) ;

<sup>1</sup> Leite de Vasconcellos, *O Arch Port.* XXII, p. 293, ou sep. *Pela Beira*, p. 5.

<sup>2</sup> Poyares, *Dicionario Geografico*, p. 76 ; C. de Lima, *Geografia Histórica*, II, 83.

<sup>3</sup> Fortunato de Almeida, *Hist. de Portugal*, I, 161.

## ACÇÃO REALISTA

— *Betala* : com *Xantarine* (Santarem), *Lixbuna* ou *Axbuna* (Lisboa), o castello de *Xlntra* (Sintra), e forte de *Almádine* (Almada). <sup>1</sup>

Era este o Algarve dos Arabes, que pela conquista se foi reduzindo até a sua parte derradeira, entre as serras do Alentejo Meridional e o Mar, — o *Algarve, o Reino do Algarve*, dos Portugueses.

\*

A *Provincia* dividia-se em *Comarcas* ou *Ouvidorias* para administração de Justiça. Cada *Comarca* teve sob a sua jurisdição concelhos, villas e logares, onde Juizes regiam justiça subordinados aos *Corregedores* da comarca. A designação da autoridade superior da Comarca variou entre *Meirinho*, *Adeantado* e *Corregedor*; esta ultima só apparece a partir de D. Afonso IV, e foi a que se manteve. Além das attribuições jurisdiccionadas, tambem o Corregedor teve funções administrativas e até militares. O governo militar estava a cargo do Governador das Armas da Provincia, que era um official general da confiança do Rei, e residia em uma praça forte da Provincia, como em Viana-do-Minho (Entre-Douro-e-Minho), em Chaves (Trás-os-Montes), em Almeida (Beira), em Lisboa (Extremadura), em Elvas (Alentejo), e em Lagos (Algarve).

Para ver a organização da Provincia tradicional até a divisão administrativa do Constitucionalismo, observemos o que de ella nos dizem : Nunez do Leão, na *Descrição do Reino de Portugal*, sec. XVI-XVII; Oliveira Freire, *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*, sec. XVII; e J. Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, sec. XVIII, nas primeiras edições, e na de 1870, onde foi já incluída a partilha liberal em *Districtos*. Notemos porém, desde já, que a Provincia não era unidade administrativa; era sim uma unidade regional, subdividida por boa norma de serviços de jurisdição nas *Comarcas*, *Correições* ou *Ouvidorias*, especialmente para effeitos da Justiça, e composta administrativamente de concelhos e terras municipaes e não municipaes.

\*

«Estas regiões (ou provincias) se dividem em comarcas ou correições, de que a de entre Douro, Minho tem quatro comarcas, convem a saber, a do Porto, a de Guimarães & a de Viana de Foz de Lima & a de Ponte de Lima». <sup>2</sup>

Correições de Entre Douro e Minho, e lugares que cada hua tem.

### Correição do Porto

A cidade do Porto  
Conselho de Porto Carreiro

Conselho da Lousada.  
Cõselho de Bemviver.

<sup>1</sup> David Lopes, no *Boletim de 2.ª classe da Academia das Sciencias de Lisboa*, «Os Arabes na obra de Alexandre Herculano», III, 207 e ss. — Alex. Herculano, *Historia de Portugal*, II, 168 e ss.

<sup>2</sup> Duarte Nunez do Leão. *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa 1610, fl. 3. v. Conserva-se a ortografia da edição, excepto o u — v, e o I — J para facilitar a leitura; mantem-se as repetições, etc.

Correição de Viana de Foz de Lima

A Villa de Viana.  
 Villa de Caminha.  
 Villa Nova de Cerveira.  
 Villa de Monção.  
 Villa de Barcellos.  
 Villa de Melgaço.

Conselho de Coura, & Faião.  
 Conselho de Valdeves.  
 Conselho de Soajo.  
 Conselho de Valadares.  
 Conselho de Castro Laboreiro.  
 Conselho da povoação de Darque.

Julgado de Penafiel.  
 Julgado de Neiva.  
 Julgado de Aguiar de Neiva.

Correição de Ponte de Lima

Villa de Póte de Lima.  
 Villa Nova de Famelicão.  
 Villa de Rates.  
 Couto de Corneilhã.  
 Couto de Cabaças.  
 Conselho de Souto de Rebordãos.  
 Conselho de Santo Estevão de Jaraz.  
 Conselho de Jaraz de Lima.  
 Conselho de Penella.  
 Conselho de Penella de Dom João.  
 Conselho de Larinho.  
 Conselho de Villa chã.  
 Conselho da Nobrega.  
 Conselho do Prado.

Couto de Moure.  
 Couto de Pousadella.  
 Conselho dentre homem, & Cabado.  
 Conselho de Regalados.  
 Conselho de Lindoso.  
 Conselho de sam João.  
 Conselho, & terra de Bauro.  
 Conselho de Lanhoso.  
 Conselho, & terra de riba de Soaz.  
 Conselho, & terra da Avieira.  
 Conselho de Vermoim.  
 Julgado de Faria.  
 A povoação de Fam, & Esposende.

Correição de Guimarães

Villa de Guimarães.  
 Cidade de Braga.  
 Villa de Conde.  
 Villa de Amarante.  
 Conselho, & terra de Unhão.  
 Conselho, & terra de Filgueiras.  
 Conselho de Monte lógo.  
 Conselho, & terras de Roças.  
 Conselho de Villa Boa de Roda.  
 Conselho de Santa Cruz de Riba Tamega.  
 Conselho de Celourico de Basto.

Conselho de Cabeceiras de Basto.  
 Couto de Roufe.  
 Couto de Renstim.  
 Couto de Pedralva.  
 Couto de Vimieiro.  
 Couto de Tibaães.  
 Couto de Cambeses.  
 Couto de Queijada.  
 Honra de Cepeaõs.  
 Honra de Meinedo. <sup>1</sup>

(Continúa)

Luis Chaves.

<sup>1</sup> Nunez do Leão, *Descrição* fl. 4, 4. v e 5.

## O 1.º aniversário da "Acção Realista,"

O jantar da Acção Realista teve uma importância que é bem inútil, como expediente de politica sem uma nobre elevação de principios e de patriotismo, apagar na penumbra dum facto vulgar. Essa festa monarchica veio afirmar a unidade da nossa Causa em volta de El-rei, a comunhão que liga, numa fraternidade de combatentes, todos os que amam a nossa terra com intelligencia e fidelidade immaculada, e a missão doutrinaria e politica da Acção Realista Portuguesa. Não quizemos dar ao nosso banquete o aspecto grosseiro e espectacular duma banal manifestação de forças eleitorais. Bastava-nos simplesmente que, em volta do aniversario da nossa revista, se reunissem monarchicos de prestigio intelectual e moral, num protesto soléne de confraternização. E a maneira como decorreu essa festa, que deve ficar memorável pelo seu profundo significado, só nos rejubila, trazendo-nos a certeza cada vez mais forte, de que a Causa Monarchica, desde que se formou a A. R. P., não é um corpo sem vitalidade e desprovido duma ideia nacional e dum espirito português. Portugal, hoje, vive exilado. O simbolo da nossa expiação é a ausencia do Rei, — o que significa este «vácuo de autoridade» que Oliveira Martins já analizára na desconjuntada sociedade liberal do Passeio Publico, dos Gouvarinhos e dos caciques. A nossa Patria identificou-se, nas suas frementes aspirações, com a Causa de El-Rei. Por isso, S. M. o Senhor Dom Manuel II deve ser venerado como herdeiro dos reis que criaram Portugal e como representante do génio da nossa tradição. El-Rei detem em suas mãos de chefe a autoridade legitima, nacional — e essa autoridade será a espada reconstrutora, a vara da justiça e o cajado de pastor, — a sabedoria, a lialdade, o amor de pai e a equidade sem mancha.

Já aqui fizemos notar que o exilio de

S. M. tinha produzido uma salutar transformação na mentalidade politica dos monarchicos. Ao scétro exilado de El-Rei regressou toda a autoridade de que o expoliáram. A maioria dos monarchicos não vê hoje o Rei como uma muda estátua, ou um cortezão do Parlamento. O exilio operou esse milagre...

O jantar da Acção Realista salienta-se precisamente como uma prova de que a unidade da Causa Monarchica não é uma ficção ou uma mentira sem habilitade. A Causa Monarchica, apesar das divergencias doutrinárias que militam dentro de si, possui a unidade superior vigorosamente coesiva, que deriva da autoridade que El-Rei readquiriu e da certeza, que conquistou todos os que obedecem ao Senhor Dom Manuel II, de que um Monarca não é o «comissário» dos deputados... A «Carta» flutua indecisa e sem vida, como o espectro dum século. Remetâmo-la ao estrangeiro que a introduziu no nosso país, que se esquecêra de seus pergaminhos nobilissimos de condutor da Europa.

Essa foi a lição mais eloquente e fecunda que podemos extrair da nossa festa. Todos os monarchicos devem meditá-la, considerando-a como uma base rial, positiva, para um necessario acrescimo de combatividade, um maior poder de aggressão e uma nobre coragem de ideias, que façam da Causa Monarchica uma causa nacional, moderna, pletórica de energias tradicionais, pronta a realizar, no Estado e na Sociedade, a revolução que se impõe, — a revolução de Portugal contra o Anti-Portugal.

A todos os que combatem ao nosso lado e mantem na sua pureza a doutrina nacionalista, aqui deixamos a nossa fraternal saudação. Eleve se dentro de nós a flama duma fé redentora — e façamos o juramento de nos votarmos á Patria cativa e libertá-la dos erros e dos crimes dum século de liberalismo. E. G.

Solenizando o primeiro anniversario da nossa revista, realizou-se no dia 11 de Junho, no restaurante Tavares, um banquete que foi sem duvida a mais importante manifestação da politica monarchica nos ultimos tempos. A êle assistiram os senhores Conselheiros Fernando de Sousa, illustre director de *A Época*, e Antonio Cabral, o deputado dr. Cancela de Abreu, comandante Lopes Vaz, que dirige o *Correio da Manhã*, dr. Fidelino de Figueiredo, director da revista de cultura tradicionalista e de renovação «Portugália», que deve sair em breve, Conde de Fornos, dr. Alfredo Pimenta, dr. Caetano Beirão, Visconde do Torrão, D. Rui da Camara, José Pedro Folque, Francisco Xavier Quintela, D. Pedro Escórcio da Camara, dr. Ernesto Gonçalves, João Ameal (Visconde do Ameal), Fernando Campos, Padre José Napolezim, dr. Alvaro dos Reis Torgal, dr. Laertes de Figueiredo, dr. Alberto Ramires dos Reis, dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal, ten. Luis Chaves, eng. José Eugenio Duarte Ferreira, cap. Gastão de Matos, dr. Antonio de Menezes, eng. Joaquim Rozado Padinha, Joaquim Xavier Quintela, Oscar Paxeco, Jaime Ferreira, dr. Caetano Soares de Oliveira, cap. José Antunes Maia, António José Carvalho do Silva, Francisco Cordeiro Mateus, Francisco Xavier dos Santos e Silva, Antonio Neves Mortinha, Manoel Bousquets de Aguilar, Antonio Ferreira Junior, Carlos Soveral, ten. Luis Costa, Manoel Vieira dos Reis Junior, Anibal Gomes Contreiras, Alvaro Garcia, Armando Pereira, Valeriano Figueiredo, Antonio Vieira Caldas, Agostinho Dionísio de Jesus, Edgard Lima, dr. Antonio Jardim (Monte-São), etc.

Enviaram cartas ou telegramas, manifestando a sua simpatia pelas intenções dessa festa, os senhores Dom Luis de Castro (Conde de Nova Gôa), Conde de Mafra, Conde de Paraty, Conde de Calhariz, Conde de Silves, Visconde do Porto da Cruz, dr. Alberto Pinheiro Torres, cap. Carlos Velozo, eng. José Guerreiro de Sousa, eng. José Teles da Silva (Tarouca), dr. Henrique de Menezes Parreira, José Luiz Rodrigues, director *A Realeza*, Castelo Branco Chaves, dr. Mário de Albuquerque, Bento Caldas, director da *Restauração* de Coimbra, dr. Antonio de Valadares Botelho, César de Oliveira, Dom José Paulo da Camara, etc.

As redacções da *Acção Algarvia*, da *Restau-*

*ração* e de *A Realeza*, e todos os organismos da A. R. P. associaram-se á comemoração do primeiro anniversario da nossa revista.

O senhor Conde de Vilas-Bôas, por motivos particulares, não pode comparecer ao jantar.

O senhor Conselheiro Antonio Cabral, que presidiu ao banquete, iniciou a série dos discursos. Antes de tudo, sauda El-Rei e a Rainha, a Senhora Dona Amelia e o Principe Dom Duarte Nuno (*A assistencia associa-se a esta saudação com um enorme entusiasmo*). Diz os intuitos daquela festa, refere-se ao caso da mensagem enviada, em dezembro de 1923, ao Lugar-Tenente de S. M. e demonstra a oportunidade que éla teve e a izeção, patriotismo, fé monarchica e espirito de disciplina de todos os que representaram então ao senhor Conselheiro Aires de Ornelas. O movimento da A. R. P. foi necessario e benefico para a Causa Monarchica. Sem êle, a ideia monarchica corria o perigo de se confundir com um protesto platonico, sem vibração combativa. A Causa de El-Rei foi de novo vitalizada pela doutrina verdadeiramente monarchica, — a doutrina que é a sua única justificação. O nosso movimento, que tem por fim a renovação de todas as energias nacionais, não podia progredir sem um orgão na imprensa. Surgiu a *Acção Realista*, revista de doutrina e de combate, que tem sido o núcleo central de toda a nossa actividade e propaganda. Não tendo sido possivel publicar, por enquanto, um diário que divulge a ideia nacionalista, a nossa revista preenche essa lacuna, acompanhando os factos principais da politica monarchica e espalhando a doutrina anti-democratica. Sauda todos os colaboradores da revista. Lembra em primeiro lugar o nome de Henrique de Paiva Couceiro (*os assistentes ovacionaram o nome do herolco português exilado*). Refere-se a todos os que nunca desfaleceram combatendo, nas paginas da *Acção Realista*, por um Portugal restaurado na sua tradição e reintegrado na posse dos seus destinos superiores.

O senhor Conselheiro Fernando de Sousa fala em seguida. Tem palavras de simpatia pelo nosso movimento. Declara-se anti-parlamentarista e defensor duma Monarquia perfeita

## ACÇÃO REALISTA

— o unico regime cristão que pode organizar a sociedade sobre as bases duma verdadeira solidariedade e harmonizá-la com as aspirações da consciencia religiosa. (*S. Ex. é aclamado quando faz as suas afirmações anti-liberais*). Pronuncia-se pela união de todos os monarchicos numa acção comum, o que é o desejo de El-Rei, ainda há pouco manifestado, quando falou com S. M. em Roma. Essa colaboração dos monarchicos num estreito entendimento não significa abdicção de principios, renuncia a ideias legitimas dentro da Causa. A Acção Realista Portuguesa continuará na independencia que necessita para a propaganza da sua doutrina (*aplausos calorosos*). Deseja ardentemente que desta festa saia um espirito de conciliação mais forte do que aquêle que tem existido e um propósito de trabalho fecundo, persistente, elevado, em defeza da nação.

Fala da intriga politica estabelecida em volta da peregrinação a Roma. A diplomacia republicana, com uma habilidade astuta, deturpando os factos, occultando a evidencia, tem desejado convencer o Vaticano que quase não ha monarchicos em Portugal e que toda a nação é retintamente republicana. Segundo o representante da Republica no Vaticano, nenhum intelectual é monarchico, não ha povo monarchico, a mocidade abandonou a Monarquia, os operários são, na sua totalidade, republicanos (*sorrisos, nm vago sussurro de irónico assombro*). E' o cúmulo da má fé e da mentira! Mas a diplomacia republicana tem de mentir. . .

Ergue-se o senhor dr. Cancela de Abreu. O vigoroso parlamentar afirma sentir-se bem nessa festa, nessa comunhão com monarchicos que não faltaram ao seu dever e tem sabido pugnar pela restauração nacional da Monarquia. Refere-se com bom humor ao ambiente do Parlamento. As suas palavras desenhavam quase uma caricatura. . . Ocupa-se da política monarchica com uma visão elevada, defende a união dos monarchicos e deseja uma energica actividade de todos os que, patriotas verdadeiros, sentem que a nossa Pátria, abandonada aos assaltos dos republicanos, só pode salvar-se com o regresso do Rei. (*A assistencia subtilha com aplausos as palavras do orador*).

O comandante Lopo Vaz de Sampaio e Melo, depois de saudar a A. R. P., declara que o *Correio da Manhã*, como órgão da Causa

Monarchica, se mantem neutro em questões de doutrina. Apesar de ser monarchico liberal, por tradição de familia, afirma a sua solidariedade com todos os que, embora com doutrinas diversas, rodeiam a pessoa do Rei e defendem a ideia monarchica. O fim principal é a proclamação da Monarquia. O país aspira à ordem e à prosperidade que só a autoridade do Rei lhe pode conceder (*O orador é ouvido com o interesses e a simpatia que merecem a sua nobreza de character e a sua coragem de jornalista*).

O senhor dr. Alberto Reis:

"Não tencionava usar da palavra nesta festa comemorativa do 1.º aniversario da Revista *Acção Realista*, órgão da organização que, dentro da Causa Monarchica, tem sido o baluarte das ideias nacionalistas: as unicas capazes de fazer Portugal ressurgir da decadencia em que a democracia o prostrou.

Apesar de tudo, porém, não resisto á tentação de formular algumas considerações, sobretudo depois das palavras vibrantes e sinceras com que ouvi o sr. dr. Cancela de Abreu manifestar a sua simpatia pela Acção Realista, e o illustre Director do *Correio da Manhã* o seu desejo de um mais estreito entendimento entre todos os monarchicos portugueses.

E' que é sempre oportuno acentuar o character do nosso movimento e mostrar as condições em que nos é possivel estabelecer um acordo com os outros elementos da Causa Monarchica.

O nosso movimento é essencialmente doutrinario, é um movimento de ideias. E nisso reside a nossa força e a nossa fé. Porque, meus senhores, uma causa que não é movida por uma grande ideia renovadora, é uma causa perdida. Só triunfam as causas que se inspiram numa doutrina. Por isso o nosso nacionalismo ha-de triunfar.

Filho daquele corpo de doutrinas que encontrou a sua escola no Integralismo Lusitano, ele faz com que nós sigamos não pessoas, mas ideias. Por muita confiança que os homens nos inspirem, o seu esforço será sempre inutil se não servir uma doutrina. Portanto, embora nós estejamos convencidos de que os nossos principios são os verdadeiros, necessario se torna que os monarchicos, que não pensam como

nós, concretisem as suas ideias quanto á estrutura do Estado na futura restauração.

Entendimento para derrubar a republica é fácil. Mas não se deve querer apenas isso; deve se pretender fazer uma obra construtiva. Ora, a primeira condição para um entendimento com esse fim, é saber-se o que cada um aspira a realizar.

Que é indispensavel que os monarquicos tenham ideias, prova-o o que se passou na Italia e em Hespanha, onde existia já a Monarquia, mas onde foi necessario produzir uma modificação violenta e profunda nesse regimen para se salvar a Nação.

E' por isso que não nos é indiferente a forma da Monarquia. Nós queremos a Monarquia tradicional que fez a grandeza do povo português. Nós pretendemos continuar a obra do Integralismo Lusitano. E' preciso que se diga isto. Se o Integralismo cometeu um erro afastando-se da Causa de El Rei, a sua doutrina ficou. E como ela corresponde ao verdadeiro interesse nacional, triunfará atravez de todas as dificuldades e de todos os obstaculos.

A Monarquia para nós vale pelas suas proprias virtudes e não pelos erros do actual regimen. Porisso, pomos acima de tudo os principios que devem informar a futura Monarquia, sem os quais não compreendemos que a Causa Monarquica possa realizar uma obra positiva e verdadeiramente nacional.

*(Este discurso foi muito aplaudido nas partes mais afirmativas).*

O senhor dr. Ernesto Gonçalves toma a palavra. Recorda a honra, que a Comissão Executiva da Acção Realista Portuguesa lhe deu, de lhe confiar a revista, órgão dos integralistas que reconheceram o Pacto de Paris. «Celebramos agora o aniversario da *Acção Realista*. Tentei, durante este primeiro ano, cumprir o meu dever disciplinadamente. Se fui chamado a um posto de responsabilidade, puz ao serviço da nossa ideia todo o meu devotamento, a minha fé de português, o meu ardente lusitanismo. Passou um ano de luta, de tenacidade, de esperança sempre renascente, de vontade firme, vigorosa, pronta a agir. Não podemos, por enquanto, celebrar o triunfo definitivo; mas a semente está lançada à terra e adivinha-se já a magnifica colheita.

A A. R. P. sem um desfalecimento tem permanecido como um baluarte nacionalista, onde se ergue a bandeira de El-Rei. E alguma coisa temos feito! Temos por nós a massa dos combatentes e a Juventude das Universidades que nos traz a solidariedade da sua intelligencia, liberta dos erros da democracia. Alguns triunfos podemos contar como belos prémios à nossa aguerrida campanha e à propaganda do nosso nacionalismo. Todos esses triunfos os depomos nas mãos de El-Rei, como o penhor da nossa fidelidade, — e a promessa perentória de o restituirmos à sua autoridade e à alta posição de Chefe duma nação organizada e senhora de suas liberdades corporativas e municipais. *(Apoiados)*

Os nossos triunfos propriamente não nos pertencem: pertencem a El-Rei e à nação.

Desfazer o equívoco de que a Causa Monarquica era simplesmente um partido foi um dos nossos primeiros fins. Esse fim está conseguido! Para bem de El-Rei, para bem da nação, que pode contar com a Monarquia, como um regime nacional, português, reconstrutor da nossa originalidade, submersa nas abstrações e na anarquia da doutrina democratica.

Hoje podemos dizer que a Carta Constitucional é um simples papel amarelado, que nunca mais sairá das estantes! Façamos o seu necrológio, com música de Offenbach! E durma o seu sono eterno essa constituição estrangeira, feita sob a protecção da sombra tutelar de Bentham, e que um estrangeiro trouxe para o nosso país. . . *(Apoiados)*

A A. R. P. tem terreno largo, campo aberto dentro da Causa Monarquica. Não nos enredemos em discussões que julgamos já sem oportunidade. Limitêmo-nos simplesmente a afirmar que a Causa Monarquica, se quere corresponder às finalidades nacionais, tem de ser «ultra-moderna», na expressão iluminada de Maritain.

Não podemos viver sem ideias. Tenhamos sempre a coragem de definir o nosso pensamento numa época, como a nossa, que não permite hesitações, preguiça intelectual e transigencias perigosas! *(Apoiados)*

A Monarquia só se pode restaurar em Portugal para restaurar a nação. E só a Monarquia orgânica, tradicionalista, possui as virtudes necessarias para aproveitar, na construção do

Estado português, os elementos sociais que a democracia abandonou à dispersão individualista. (*Apoiados*)

A A. R. P. não é um partido, dentro da Causa Monárquica; é um movimento de ideias. Não se preocupa com votos e para todos nós a urna é o simbolo da sociedade dos banqueiros e dos politicos, que desconhecem a disciplina do interesse nacional, de braço dado, na desordem democratica. Pugnamos pelas ideias de serena e imperturbavel verdade — e por nossas mãos levantaremos uma sociedade, que o Espirito iluminará, vencendo o dominio da Materia.

Se fôr necessario dizer mais uma vez, nós dirêmos: nunca transigirêmos com o liberalismo! (*Vibrantes apoiaaos.*) Os farrapos da Carta Constitucional, que ainda para ai vômam, serão por nós varridos definitivamente. Para prova, consideramos suficiente um seculo de desordem, de decadencia, de taciturna ruina... Seguiremos sempre a nossa luta, — sob o religioso signo da Pátria martirizada! Se um pensamento claro e seguro nos guia, — temos no nosso patriotismo uma exortação constante, profunda, inspiradora!»

A seguir, o senhor dr. Laertes de Figueiredo, secretario geral da A. R. P., profere um vibrante discurso, em que declara a nossa doutrina e as nossas intenções.

Não se encontram ali os monarchicos humildes, mas êles não são esquecidos. A Monarquia tradicionalista é um regime de autoridade, mas assente sobre o povo: não o povo «soberano», victima da democracia, mas o povo que trabalha e produz e encontra no Rei o seu natural defensor. (*Apoiados*)

Refere-se á obra da *Accção Realista* e salienta a sua influencia e os beneficios por éla prestados.

O senhor Oscar Paxeco fala em nome dos monarchicos das provincias. Faz a critica do parlamentarismo que, pela necessidade da eleição, é um regime centralizador. A Monarquia futura tem de operar uma forte descentralização, restituindo ás provincias e aos municipios as suas liberdades particulares, zonas de trabalho fecundo. O Estado equilibra, harmoniza, federaliza; o sentido nacional tem, portanto, na

autoridade do Rei, o seu orgão propulsor e unificador. (*Aplausos*)

O senhor Manuel Bousquets de Aguilar, estudante de direito, põe em confronto as novas gerações academicas com as antigas gerações eivadas de liberalismo. O pensamento reaccionário é defendido com entusiasmo pelos estudantes. A gente nova tem um dever a cumprir: defender Portugal e restaurar a sua tradição integral. (*Aplausos*)

O senhor dr. Alvaro Reis Torgal, num breve discurso, diz que a Causa Monárquica deve possuir uma doutrina e uma acção vigorosa. Não nos esqueçamos que não somos um partido, — mas que combatemos os partidos para restaurar a nação. Sauda Paiva Couceiro e todos os combatentes que se tem sacrificado pela Monarquia (*Os assistentes victoriam o nome do grande e honrado português como a figura representativa dos combatentes*).

Em nome da Comissão Executiva da A. R. P., o senhor dr. Alfredo Pimenta sauda todos os inscitos no nosso movimento. Como varias vezes se tem levantado o problema duma unidade activa da Causa Monárquica, o orador declara que essa unificação só se pode efectuar verdadeiramente, se todos os monarchicos defenderem o lema de Deus, Pátria e Rei. Esta doutrina foi exposta por S. Ex.<sup>a</sup>, com uma bela penetração critica e lúcido equilibrio, num artigo publicado na *Época*. Arquivamos na nossa revista a sua brilhante exposição:

«Abordei e desenvolvi o tema de «Deus, Pátria e Rei», que é o lema dos monarchicos. E justo é que a esse tema-lemã, meus minutos de hoje, com vagar, consagre.

Quem o formulou, ou intencionalmente ou por acaso foi felicissimo. Primeiro, Deus, fonte primária e eterna da vida; depois a Pátria, orgão superior das sociedades; depois o Rei, simbolo normal de Pátria. A Pátria entre Deus e o Rei porque Deus e o Rei são os elementos estruturais da Pátria, e depois de Deus, porque vive para O servir, e antes do Rei, porque é o Rei que serve a Pátria. Primeiro Deus, porque é Deus. Em ultimo lugar o Rei, porque a sua função consiste em servir Deus e a Pátria. «Deus, Pátria e Rei» é o lema da Ordem humana integral. As três ideias, os três principios de que essas três palavras são símbolos, conjugam-se confundem-se de tal modo se ajustam umas ás outras, que atacada, diminuída, alterada, viciada uma, todas as outras



sofrem, e sofrendo elas, reflexamente é atingida a ordem integral que elas representam.

O mundo inteiro atravessa hoje a crise que todos nós sabemos, precisamente por ter posto condições, restricções, limitações àquelas três ideias, àqueles três princípios. Os êrros mais perigosos, porque aparentemente mais mansos, e, portanto mais sedutores, e de mais facil capacidade de infiltração, são, perante o princípio de Deus, o Regalismo, perante o princípio da Pátria, o Internacionalismo, e perante o principio do Rei, o liberalismo político. Não têm sido os ateus os mais prejudiciais a Deus; não têm sido os anarquistas os mais prejudiciais à Pátria; não têm sido os republicanos os mais prejudiciais ao Rei. Os inimigos mais fortes desses três principios estruturais da ordem humana integral, são precisamente os elementos que têm a pretensão de contemporizar todas as hostilidades, e de conciliar todas as antinomias. O regalista não expulsa inteiramente Deus; o internacionalista não exclue inteiramente a Pátria; o libertalista político não exclue inteiramente o Rei; limitam-se a limitar a soberania de Deus, da Pátria e do Rei, em homenagem, não a Deus, à Pátria e ao Rei, mas sim em homenagem ao ateu, ao anarquista e ao republicano.

Que é o Regalismo? A limitação da soberania de Deus. Que é o liberalismo político? A limitação da soberania do Rei. Que é o internacionalismo? A limitação da soberania da Pátria.

Claro está que, sendo esses três principios as bases fundamentais da ordem humana integral, limitadas as soberanias que lhes pertencem, alterada, por limitação, por amputação, está a mesma ordem. E, de facto, que nos ensinam os factos da vida social, que nos ensina a Historia? Ensinam que Regalismo é a ante-câmara do Estado laico; que o Internacionalismo é a ante-câmara da Anarquia; que o Liberalismo político é a ante-câmara do Republicano. E se Deus e o Rei são os elementos estruturais da Pátria, correspondentemente, o Estado laico e a República são os dois agentes essenciais da Anarquia.

Póde o regalista frequentar a Igreja, afirmar-se religioso, servo de Deus — que a unica verdade que permanece é que serve Deus, mal, perigosamente. Póde o internacionalista afirmar-se respeitador das Pátrias, mas a verdade é que serve a Pátria, mal, perigosamente, traiçoeiramente. Póde o libertalista político dar a sua palavra de honra de que é monárquico e serve o Rei que a triste verdade é que serve o Rei e a Monarquia, mal, perigosamente, traiçoeiramente.

Um ateu póde servir melhor a causa de Deus do que um regalista; um anarquista póde servir melhor a causa da Pátria do que um internacionalista; um republicano póde servir melhor a causa do Rei do que o libertalista. Porquê? Porque o ateu póde reconhecer que é do interesse geral que a soberania de Deus seja mantida; o anarquista póde sentir que é do interesse de todos que a soberania da Pátria seja respeitada; o republicano póde compreender que é do interes-

se comum que a soberania do Rei seja acatada.

Mas o regalista, porque o é, quer Deus amputado; o internacionalista, porque o é, quer a Pátria amputada; o libertalista político, porque o é, quer o Rei amputado.

Regalismo, Internacionalismo e Liberalismo politico são manifestações do erro hipócrita, disfarçado, camaleónico. O Regalismo é a primeira brecha aberta no Templo de Deus. É por elle que se começa. É por elle que entram os inimigos de Deus: no fim está o Estado laico. O Internacionalismo é a primeira brecha aberta no lar da Pátria. É por ella que se começa. É por ella que entram os inimigos da Pátria; no fim, está a Anarquia. O Liberalismo politico é a primeira brecha aberta no Palácio do Rei. É por ella que se começa. É por ella que entram os inimigos do Rei: no fim está a República.

Logo, quem defende a ordem integral, quem lhe atribue as virtudes maximas, sob o ponto de vista do interesse da civilização — uma vez que a limitação da soberania dos poderes em que ella se baseia é a sua propria ruina, quem a defende, repito, não póde ser nem regalista, nem internacionalista, nem libertalista. Deus, ou se respeita na plenitude da sua soberania, ou se nega totalmente. Quere dizer: ou se é católico ou ateu. A Pátria, ou se acata na plenitude da sua soberania, ou se nega totalmente. Quer dizer; ou nacionalista ou anarquista. O Rei, ou se acata na plenitude da sua soberania, ou se nega totalmente. Quere dizer; ou monárquico puro, anti-revolucionário, ou republicano. E, como consecuencia desta triplice conclusão, ou se é pela ordem integral, ou se é pela Anarquia. A época das soluções intermédias acabou. E acabou precisamente, porque já não iludem a Ordem, e já não contentam a Desordem. A Ordem que, primeiro, esperou, confiada em que as soluções intermédias realizassem o que prometiam, constatou que estava sendo traída e aniquilada. A Desordem que, primeiro, recebeu festivamente as soluções intermédias, porque eram uma esperança, já não se contenta só com a esperança, e quere a realização plena das suas aspirações criminosas, quere a satisfação inteira dos seus desejos selvagens. Portanto, não ha lugar, hoje, nem para o Regalismo, nem para o Internacionalismo, nem para o Liberalismo politico. Ou se está comnosco, pela Ordem, ou se está contra nós — pela revolução».

Encerrando o seu discurso, que foi muitas vezes aplaudido pela assistencia, o senhor dr. Alfredo Pimenta dirige uma saudação especial aos estudantes monárquicos, ali representados. É nas Universidades que o nosso movimento encontra a mais preciosa adesão. É nessa magnifica mocidade, que se libertou dos erros grosseiros do passado, que depositamos a esperança dum Portugal restaurado, na posse dos seus destinos eternos.

Volta a falar o senhor Cons. Fernando de Sousa. Conta comovidamente uma conversa que teve com Sua Magestade. El-Rei lembrou com saudade Portugal, — com uma saudade que lhe despertou lagrimas. Foi duma grande lucidez nas suas opiniões politicas. E quando se referiu á Igreja, S. M. disse nunca se esquecer das suas responsabilidades de Rei Fidelissimo: desejava, por isso, a mais ampla liberdade para a Igreja, — e a garantia da sua acção social.

O illustre director de «A Epoca» faz o elogio do senhor dr. Fidelino de Figueiredo, ali presente. Põe em relevo o exemplo desse homem de letras que, pelo estudo e pela sua reflexão, veio do campo republicano para o campo monarchico. É uma nobilissima lição de independencia mental e de coragem moral. (*Aplausos da assistencia*). O senhor dr. Fidelino de Figueiredo, respondendo, agradece as palavras do orador precedente. Tratando da Causa Monarquica, põe em foco um entendimento entre todos, entre velhos e novos. Declara que não é verdadeiramente um politico, mas um estudioso. O seu trabalho intelectual, no entanto, é tambem uma contribuição para o renovamento portugês. Não é inutil o seu estudo. Ele sabe que ha uma mocidade pronta a todos os sacrificios. Essa mocidade exorta e forma o ambiente de renovação em que todo o trabalho de definição de ideias é possível. (*A assistencia acolhe com aplausos vibrantes o discurso do antigo director da Biblioteca.*) O senhor Cons. Antonio Cabral encerra a serie dos discursos. Congratula-se com a maneira como decorreu aquela festa. Se fosse necessario uma prova de que a Causa Monarquica encontra a sua unidade no seu respeito e fidelidade para com El-Rei, aquela festa o demonstra sobejamente. Festa comemorativa duma

data solene para a Acção Realista, devem ser ali saudados os devotaos colaboradores do nosso movimento por esse país além. Assim, cumprimenta os delegados da provincia ali presentes, e recorda todos os que, desde Trazos-Montes, onde o dr. Antas Botelho tem realizado uma obra magnifica de organização, até ao Algarve, que, com a dedicação e o estímulo do Conde de Silves, está sendo um belo centro de propaganda nacionalista, estão de alma e coração com os participantes daquela festa. E saúda muito especialmente a imprensa da Acção Realista representada pelos trez semanarios: «A Realeza», a «Restauração» e «Acção Algarvia», e os que nela colaboram, a qual leva a nossa doutrina de norte a sul do país, realizando uma obra de evangelização e de resgate.

A Sua Santidade foi enviado o seguinte telegrama, proposto pelo senhor Conselheiro Fernando de Sousa:

*Eminentissimo Cardeal Secretario de Estado do Vaticano.*

*Assembleia catolicos membros Acção Realista compreendendo numerosos representantes profissões liberais, juventude escolas sauda respeitosa-mente Sua Santidade e afirma seus sentimentos catolicos.*

Foi expedido para S. Magestade este telegrama, a que El-Rei se dignou responder duma maneira sensibilizadora:

*Mgr. Le Comte d'Ourem.  
Fulwell Park  
Twinckenham  
Middle Sex.*

*Acção Realista festejando primeiro aniversario sua revista apresenta homenagens respeitosas.*

## Os partidos politicos

Combater os partidos politicos, essas seitas formadas por ambiciosos e aventureiros, que teem acima de tudo o culto pessoalista, é um dever que se impõe a todos os que, olhando desinteressadamente e com inteira independencia para as miserias do presente, trabalham e luctam por um Portugal-Maior.

Fomentaram e fomentam os partidos politicos aceleradamente a marcha atrabiliaria e desordenada da *vida nacional* arrastados sempre pela desmedida ambição que os politicos profissionais teem de mandar *homens seus* para as cadeiras da governança.

Daí resulta — o que aliás é naturalissimo — esta lucta constante e prejudicialissima entre os partidos, á qual nós — o povo que não aplaude mas que a mêdo, muito a mêdo protesta — vimos diariamente assistindo, em sessão permanente, no teatro verde-rubro da republica cujo palco, para desgraça comum, é a Nação.

São eles que preparam as revoluções e as põem na rua, que sustentam e deitam a terra ministerios, que fazem aquilo que querem e entendem, sem respeito por este país bem digno de melhor sorte.

Porêm, este mal, que urge corrigir, não é só de hoje. Vem já de muito longe.

As clientelas politico-partidarias do momento actual são, nem mais nem menos, do que o retrato fiel, tirado por mão de artista que um pouco mais o retocou e lhe avivou as côres, das clientelas da Monarquia liberal.

Lancemos um rapido olhar para a historia dos acontecimentos politicos dos ultimos tempos da Monarquia e lá encontramos os partidos a dividirem-se dia a dia cada vez mais, á medida que o regimen ia perigando e os republicanos ganhavam terreno.

Porquê? Qual a razão de semelhante facto tão para lamentar?

Uma só: E' que os partidos politicos, acima dos destinos da Patria, dos interesses nacionais, que deviam e tinham absoluta obrigação de respeitar, viam os interesses, as vaidades torpes, as ambições mesquinhas dêles proprios.

E o Rei, manequim nas mãos dos politicos, porque o eixo da politica daquela epoca era, como hoje é ainda, o parlamento, nada mais tinha do que obedecer, demitindo-se da superior missão da Realeza, cúpula onde se unificava, solidamente, toda a estrutura social e politica da nação organizada.

«Eu sou Rei duma Monarquia sem monarquicos» — dizia com inteira razão El-Rei D. Carlos.

Para se ser monarquico é preciso servir com dedicação e lialdade a Monarquia e os politicos profissionais de então, daquele tão agitado periodo, faziam tudo menos isso.

Inclusivamente, pelo rumo tomado, prepararam a queda do regimen monarquico.

Em ininterruptos exhibicionismos, gastavam o seu tempo, em vez de se unirem, como deviam, para opôr uma barreira intransponivel á onda de republicanos que pouco a pouco, vendo o campo propicio, ia avançando.

Tomaram lugar no parlamento donde algumas vezes falaram á Nação, chegaram mais tarde á Rotunda e encontraram poucos fieis que lialmente defenderam o Rei.

Onde estavam os homens da Monarquia que assim deixavam tão livremente avançar as hostes republicanas ?

Degladiavam-se nas luctas partidarias.

Lançavam se, como verdadeiras feras, uns contra os outros, na ambição cega, que tão funestos resultados tivera, do interesse partidário, que o individualismo liberal alimentava.

Neste negro ambiente vivia o Rei, que mantinha de pé, bem firme, o crédito de Portugal no estrangeiro.

E', pois, inegavel que o triunfo da republica é devido ás dissensões partidarias dos falsos politicos da Monarquia que aos republicanos prepararam terreno para a victoria.

E foram essas mesmas disseuções partidarias, essa falta de cooperação entre o Rei e os partidos e entre os proprios partidos, foi o mesmo antagonismo, que ainda hoje se revela, entre o *principio monarchico* e a *causa monarchica*, que fizeram com que a republica se proclamasse sem ter encontrado uma forte opposição por parte dos monarchicos, uns porque retiraram apressadamente para suas casas e outros porque immediata e prontamente davam a sua adesão á republica . . .

Enquanto no parlamento se declamavam discursos, e muita verborreia inutil se gastava, acirravam-se as paixões, dividiam-se, pela sua fatalidade constitucional os partidos, os republicanos não cessavam de manobrar, aproveitando assim esta *optima oportunidade* que os factos lhe forneciam . . .

Presenceámos hontem este espectáculo e a ele de novo assistimos hoje.

Vimos que a acção nefasta dos partidos politicos contribuiu deveras para o triunfo desta bambochata jacobina, a mascarada da democracia e, por isso, sem receio de falsear esta verdade, podemos alto e bom som afirmar que as presentes luctas partidarias teem e hão-de contribuir mais ainda para a morte da republica.

Basta que os monarchicos estejam alerta, sempre vigilantes.

Destruir os partidos — que não teem razão de ser dentro da Monarquia Nova, que defendemos com animo e desassombro, e na qual teem cabimento todos os portugueses, venham donde vier, — é um dever que a todos indistinctamente se impõe.

A Monarquia Nova — liberta de todas as formulas caquéticas do liberalismo — não é um regimen simplesmente para monarchicos, mas sim para todos os portugueses.

Por isso, renega os partidos — todas as facções que dilaceram a unidade nacional.

*Bento Caldas.*

## Crítica &amp; Factos

## LETRAS

SAO JOÃO DE DEUS — pela *Condessa de Nova-Gôa*.

S. João de Deus «um herói português do século XVI», encontrou na péna de patricia emoção e no carinho religioso da Senhora Condessa de Nova Gôa o elogio piedoso da sua vida e da sua santidade. Com erudição profunda, a illustre Senhora soube ressuscitar essa figura de santo, acompanhando a sua vida desde a sua fuga da linda terra de Montemor-o-Novo, no coração do Alentejo, até a sua morte, em Granada. Os sacrificios e a abnegação cristã de S. João de Deus, a sua piedade pelos pobres e desamparados, são descriptos com grande emoção. Em quadros de encantadora beleza, a Senhora Condessa de Nova Gôa descreve a época em que a caridade maravilhosa de S. João de Deus floresceu e se elevou como uma doce benção de misericórdia. Levados pela sugestão da leitura deste livro, sentimo-nos vivendo nesse tempo distante, seguindo o cortejo dos miseráveis que encontravam no grande amor do santo português lenitivo e socorro para as suas dores. S. João de Deus, com uma caridade evangelica, transportava às costas para o seu hospital os mendigos que não possuíam agasalho.

Além de ser um trabalho valioso, como investigação histórica e como obra literária, o livro da Senhora Condessa de Nova Gôa possui o merito de reivindicar para Portugal a honra de ter sido a Pátria desse santo, que os hespanhois consideram seu, com a fútil justificação de, entre elles, ter passado grande parte de sua vida.

Este livro proporciona-nos horas de paz e de meditação. A sua leitura, nesta época de rude materialismo, é um sereno exercicio espiritual.

V. do P. C.

«MARCHA DO ÓDIO» (prosas) por *Cesar de Oliveira*.

Oxalá todos cumprissem, como Cesar de Oliveira, o seu dever! Já não falo apenas do dever immediato que todas as pessoas entre nós tem de combater, frente a frente, a monstruosidade que nos governa. Falo do dever moral do apostolado nacionalista, que opõe as realidades históricas e as realidades da intelligencia aos desatinos tórvos da anarquia... Cesar d'Oliveira cumpriu esses deveres como raros. Sofreu as piores ho-

ras de reclusão e de martírio. Foi uma das vítimas da grande avalanche de odio vermelho que desabou sobre a Nação. E, por ter corrido esse gólgota edificante, é dos que tem uma larga e sagrada autoridade para apontar os erros, e atacar, vigorosamente, os idolos nefastos.

Cesar de Oliveira, no seu prefacio, defende-se da ambição de ter construido um volume literario e declara que apenas ali deixou paginas de legitima revolta, pedindo ao espirito cristão dos que o lêem que só delas extraiam o seu fluxo de alta fé e de nobre exame de consciencia. Mas eu não estou d'acôrdo com Cesar de Oliveira. Além de valêr como obra politica e como obra moral, a *Marcha do Odio* vale como obra emotiva, como depoimento de sensibilidade e de poder candente de exprimir tempestades d'alma.

Como obra politica, a *Marcha do Odio* é um inventario lucido e caloroso a todos os maleficios dos ultimos governantes portugueses, desde os culpados e desorientados dirigentes constitucionais até ás bandas vorazes da republica.

Como obra moral, é um exemplo fecundo do poder da fé, e do seu halo transfigurador nos transes mais crueis — e uma lição de regresso ás verdades perenes da Igreja, da Monarquia e da Tradição luziada.

Como obra literaria, é uma série de capitulos comunicativos, coloridos, trepidantes, onde o estilo se faz labareda e archote, incendio e aleluia, brazeiro de angustia e alvorada de ressurreição!

Linares Rivas diria que se trata dum livro «escrito com la sangre del alma». E são estes os livros que melhor podem traduzir as grandes tragédias e os grandes clarões humanos... *João Ameal*.

TEMPOS DE COIMBRA — por *Antonio Cabral*.

Enquanto liamos este livro, em que a saudade fala com ternura de velhos tempos e os ressurge diante de nós na alegria de uma mocidade que soube rir, em plena beleza da vida, Coimbra e sua paisagem de idillio e de pastoral embalavam-me e faziam sonhar... Passáram ainda poucos ânos que abandonei para sempre capa de senhoril elegancia: sobre a minha vida de estudante o tempo já teceu uma teia de ouro, uma neblina transparente em que a saudade se dilue como um luar desfeito... Todos os livros que recordam Coimbra são lidos sempre com um enlevo muito íntimo. A sedução da cidade medieval, de claustros silenciosos, fontes pastoris, palacios abandonados, e igrejas que memoram a gesta da Reconquista, infiltra se em tudo que lhe toca como num milagre. Coimbra, apesar de todos os atentados duma burguezia comercial, insolente, imbecil e

## ACÇÃO REALISTA

nsensível à beleza íntima e espiritualíssima dessa cidade, é o jardim da alma luziada, a magoada e lírica imagem da nossa Raça. Minerva, serena e olímpica, domina com a sua soberania harmoniosa, a colina universitária: mas a deusa latina na suave e leda terra, o influxo do derramado e formoso embevecimento lírico da paisagem, encheu de ternura seus penetrantes e frios olhos de reveladora... Tal o poder e a profunda comoção dessa terra, em que as colinas teem o recorte dos ombros de donzelinhas, que o amor encantou! Sortilégio tão envolvente que acaba por transformar a nossa vida interior num encantamento perpétuo e faz do nosso sonho uma transfiguração e uma auréola.

O snr. Conselheiro Antonio Cabral, como tantos de nós, sentiu o orgulho de vestir a capa negra de estudante: viveu a vida de escolar em que o riso e a quimera se abraçam num abraço enovelante: sonhou e rio e a sua mocidade, na livre boemia da terra encantada, conheceu a beleza jovial e a irreverencia rebelde. Agora, com o seu livro *Tempos de Coimbra*, vem contar-nos as suas memórias e é toda uma geração que surge tocada do romantismo dum evocação saudosa. E' uma Coimbra antiga,—quase do tempo das tias Camélas... Gonçalves Crespo, João Penha, Antonio Candido, tantos outros! Coimbra tão diversa da Coimbra do meu tempo! Quando o snr. Conselheiro Antonio Cabral por lá andou ainda se rezava, com um deliquio romantico, à liberdade... Prêso às mentiras dum século sentimental, os estudantes que este livro recorda viviam na pezada atmosfera de preconceitos que a minha geração felismente já não conheceu.

Os episodios da Niveleida, uma das paginas heroicas da troça coimbrã, anedotas, vultos de mestres, solenes em suas cátedras, a vida estouvada de uma geração, tudo é lembrado neste livro como numa crónica áurea. O snr. Cons. Antonio Cabral fala do seu tempo com ternura, sabe sublinhar um dito de espirito, descreve com leveza um episodio e dá comoção à sua saudade. E' inutil salientar as suas qualidades de escritor vernáculo e elegante que aprendeu em Camilo a amar a nossa língua.

Todos os que passaram por Coimbra lerão este livro com carinho.

E. G.

### PALAVRAS INÚTEIS — versos de *Águia de Pina*.

O primeiro livro dum poeta moço, que acabamos de ler com grande simpatia. *Águia de Pina* possui uma sensibilidade scismadora e delicada. Os seus versos são hesitantes, — mas deixam adivinhar com transparencia um fundo emotivo que, em obras futuras, se poderá revelar plenamente. Seduz-se este poeta pelos temas tradicionais do nosso lirismo. Por vezes, as suas rimas, parecem nascer da melodia dum flauta pastoril e ingénua.

Arthur Lamas — A CASA-NOBRE DE LAZARO LEITÃO no sitio da Junqueira (extra-muros da antiga Lisboa). Lisboa 1925.

Ahi está um livro que, pelo titulo e pelo volume grosso de suas 216 paginas e 52 gravuras em folha separada do texto, parece destinada à leitura deleitosa de caturras. Nada, todavia, tam sem razão.

O sr. dr. A. Lamas é na sua autentica expressão o autentico bairrista, mas em verdade é-o tambem na forma intellectual mais acurada. Mora na Junqueira e é na Junqueira como um carvalho de raça num pateo senhorial. Por isso elle sente á volta a vida passada. Eis o seu labor neste sentido:

*A Rua da Junqueira* em o volume 1.º da *Arqueologia e Historia*; Lisboa, 1922;

*A Ponte da Junqueira*, em o volume 2.º da *Arqueologia e Historia*; Lisboa, 1923;

*A Quinta de Diogo de Mendonça, no sitio, da Junqueira*, Lisboa, 1924;

*Noticia historica da Casa de José Ferreira Pinto Basto, e dos seus descendentes na Junqueira em A fabrica da Vista Alegre*, — O Livro do seu Centenario, 1924.

*Em que casa nasceu Simão Botelho?*; Porto, 1924.

Agora é a vez da *Casa-Nobre de Lazaro Leitão*. E, como se vê, nesse caminho da velha Lisboa a Belem, muito ha de esmiuçar, o que aliás acontece com qualquer recanto historico de velhas terras e velhas familias. E' saber procurar

Não se diga inutil esta investigação. A historia faz-se de estudos parcellares e de monografias restrictas. Prouvera a Deus que todas as monografias possiveis se fizessem, e podesse um dia um investigador de monta reunir tudo para melhor esclarecimento dos factos historicos. Não é da contribuição geral que sai a obra collectiva de uma sociedade? Pois aprecie-se essa contribuição no valor e depoimento de cada um, para a synthese social definitiva.

Quem era este Lazaro Leitão? A origem era humilde. Neto de um vago «escrivão do publico», em S.<sup>ta</sup> Maria Penha Longa concelho de Bemviver, bispado do Porto, — filho do «ourives da prata» Manuel Leitão Aranha, que foi familiar do Santo-Oficio, Rei de armas, contraste da prata. Membro da Casa dos Vinte-e-Quatro em 1666. Foi aos 34 annos Doutor de direito civil pela Universidade de Coimbra, (1701) Colegial de beca do Colegio de S. Paulo de Coimbra e lente de direito na Universidade (1705), Conego da Capela-Real, em Lisboa, Desembargador tutelar da Relação e Casa do Porto, Deputado do Santo-Oficio (1710). De origem humilde subiu aos mais altos cargos, com luzimento e valor; prova que não é privativo dos regimes democraticos subir-se de tam baixo a tam alto, para mais com justiça e peso mental. E Lazaro Leitão, para bem ser honrado sempre pelo Rei D. João V, tinha esta qualidade apregoada: «limpeza do seu sangue». Tambem D. João V, com o fanatismo e freirismo endémico assacado pelos seus acusadores, que nelle querem ver, parece, um isolado e extravagante ou

seu tempo, era um príncipe democrático. *Honny soit...* Conhecia o seu tempo e os homens. In-teirou-se pessoalmente de todos os assumptos do Estado. Rei Artista exigia grandiosidade e magnificência que os quintos do Brasil lhe permitiam e os estrangeiros admiravam. Interessava-se por tudo, até pela defesa dos acusados na Inquisição. Afinal foi bem mais liberal o seu reinado que o de D. José I com o seu Marquês tam decantado.

Ora este livro, num assumpto especial, prova a habilidade do Rei. Lazaro Leitão foi a Roma como secretario da Embaixada do Marquês de Fontes, depois Marquês de Abrantes, afim de conseguir do Papa Clemente XI a elevação da Capella-Real a Igreja Patriarcal com as maximas regalias para o Patriarca de Lisboa. O Rei quis «saber tudo dia a dia», durante os quatro anos das negociações em Roma. Aproveitou admiravelmente as necessidades do Papa contra os Turcos; e, quando Franceses e Venezianos fugiam deante da esquadra turca, o Conde de Rio Grande, chefe da esquadra portuguesa, desobedeceu ao comandante francês, batendo-se elle, somente, com o adversario, pelo que sem ajuda bateu sozinho os Turcos em Matapan, em combate renhido de um dia quasi inteiro.

Lazaro Leitão, em recompensa dos bons officios, foi Cavaleiro da Ordem de Christo, desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, deputado da Mesa da Consciencia e Obras, Conselheiro do Rei, Conego da Nova Patriarcal. Viveu com um estado magnifico e a descrição de elle, só por si, é uma documentação preciosa da sump-tuosidade admiravel do reinado de D. João V. O objectivo principal do livro é descrever a Casa-Nobre de tam alto senhor.

A obra diplomatica, a obra social, as colecções artisticas do que foi o Principal da Sé Patriarcal, entre outras preciosidades as armações de panos de rás (só as mencionadas eram constituídas de 53 panos), são completadas pela historia da Casa-Nobre, que elle mandou edificar, onde viveu magnificamente com os seus capellães e numerosa criadagem, e onde recebia como príncipe opulento. Razes, azulejos . . .

Assim um homem, que primeiro tinha tratamento de *Vossa mercê*, passou a *Vossa Illustrissima* como conego da Patriarcal, com honras de bispo, e a *Vossa Excelencia* como Principal. Tomou brasão. Cresceu em honras. Elle proprio escreveu a historia da sua Casa na Junqueira. Restam de elle uma Travesa do Recolhimento de Lazaro Leitão, ali a S<sup>ta</sup>. Apollonia, e o Recolhimento de Nossa Senhora dos Anjos, ou de Lazaro Leitão, que ele fundou para viúvas nobres, pobres e honestas, e educação de meninas. Este recolhimento, escusado será dizê-lo, foi laicizado pela Republica, e é administrado pela Provedoria da Assis-tencia publica.

O trabalho de investigação do dr. A. L. foi insano. Tudo aqui está documentado e no seu lugar, o que dá a esta monografia um valor especial, modelar para a historia da epoca de D. João V, para o estudo dos seus costumes sociaes, para

a investigação de arte. Acrescente-se que a illustração corresponde ao texto, e concluir-se-ha que estamos deante de um livro completo no seu genero.

Permita-se-nos um senão de somenos, para o estudioso e mesmo para o curioso: o livro sofre da falta de repartição do assumpto em capitulos demarcados, e assim do seu índice respectivo. E' um senão, apenas, para tornar manejavel e comodo um livro de 216 paginas. Que livros de este deveriamos de nós tê-los a miúde. Bem haja o seu autor.

*Luís Chaves.*

### «LABAREDA»

A «Labareda», excelente revista de critica e letras, que se publica no Porto, sob a direcção dos nossos amigos e distintos escritores Artur Marques de Carvalho, Vasco Rodrigues e Horacio de Castro Guimarães, iniciou a sua segunda série. E' um belo esforço de gente nova — e uma magnifica afirmação do pensamento nacionalista da geração moderna. Entre a anarquia da nossa época, Portugal ressurge em toda a sua épica beleza, projetando sobre o futuro a grande e radiante sombra de sua esperanza imortal. «Labareda» publica no seu ultimo fasciculo uma resposta de Antero de Figueiredo ao seu inquerito sobre nacionalismo e espiritalismo, que, pelo seu alto valor, registamos nas paginas desta revista:

«Respondo, em conjuncto, ás quatro perguntas que me fazem: a minha resposta é a confirmação da que já dei, há um mez, ao «O Dia» e, há semanas, à «Voz de Coimbra», que me apresentaram inqueritos idénticos ao inquerito que hoje me apresenta a «Labareda».

Evidentemente que a hora moderna é, nos meios intellectuais môços, espiritalista, nacionalista, tradicionalista. A mocidade está a reagir com nobreza e beleza; com doutrina e sonho; com disciplina e elevação. O seu pensamento instruido sabe o que deseja; a sua consciencia religiosa levanta-lhe os corações; e o seu sentimento patriótico vive em ânsia destemida e galharda. Cré, ilustra-se, educa-se e vigoriza-se. Ilumina religiosamente a alma; esclarece scientificamente a intelligencia; e adestra rijamente os músculos. Assim aparelhada, assim disposta, assim forte e vibratil, espera apenas que surja uma decidida voz eloquente — síntese das suas vozes — que a mobilize e conduza.

Eis ao que estamos assistindo. Muitas afirmações estão a vista. Todos os dias rebentam, aqui, ali, acolá, fogachos de abrazadas intenções sãs, audazes e belas. Mas outros propósitos há ainda, igualmente intensos, que vivem ocultos e constituem, tacitamente, a trama do estado reagente da consciencia

## ACÇÃO REALISTA

religiosa e patriótica dos bons portugueses. Esperam sómente o grito de alarme — brasas vivas que a rajada transformará, transfigurará em labareda!

No entretanto, os intelectuais, sempre precursores de tais movimentos, continuam a doutrinar; os apóstolos, a semear a boa palavra; e os artistas, bebendo no «fons vitae» dos misticismos da grei, a escolher nos grandes motivos portugueses, aqueles assuntos que arreigam a consciéncia da nacionalidade, aqueles temas de arte que nos afincam à tradição e mais levantadamente erguem as almas e melhormente edificam os ânimos patrióticos. E' o que eu vejo fazer a muitos dos meus camaradas, poetas e prosadores, e eu próprio pretendo realizar. Acabo de exaltar um herói nacional; amanhã mostrarei um santo português — almas eleitas que são potenciais de energia propulsora de nobilissimas vitalidades, de exemplos de acções formosas, de pregões de virtudes encaminhadoras a feitos sublimes.

Mocidade! — instrue-te, abala-te e actua, porque a hora presente é, ao mesmo tempo, de sciéncia serena e de realidades vivas, de doutrina e exaltamento, de consciéncia e lirismo, de fé, de intelligéncia, e de coração!»

### «NAÇÃO PORTUGUÊSA»

Foi posto á venda o numero 3 da terceira série da *Nação Portuguesa*, revista de cultura nacionalista. Publica um estudo póstumo de Antonio Sardinha sobre *Nacionalismo Galego e*

*Lirismo Português*, uma conferencia acérca de Camões, pronunciada nos Estados Unidos da America do Norte por Oliveira Lima, uma *Cóta à margem da obra de Camilo* por Domingos de Gusmão Araujo, e a primeira parte dum estudo de Manoel Múrias, *A Política de Africa de El Rei Dom Sebastião*.

Manuel Múrias, intelligéncia culta e superior, substituiu Antonio Sardinha na direcção desta revista. Succeder a esse extraordinario ressuscitador da alma portuguesa é uma grande e nobilitadora responsabilidade. Manuel Múrias já se salientou como critico e doutrinario.

Enviamos a Manuel Múrias e a Rodrigues Cavalheiro, secretario da *Nação Portuguesa*, os nossos melhores cumprimentos. A questão dinastica, que nos afasta, eclipsa-se diante da comunidade de doutrina e de pensamento. Todos nós velamos pela Pátria que fecunda nestes nebulosos dias a certeza dum futuro em que Portugal recupere a sua dignidade e a sua glória.

*Por falta de espaço somos obrigados a retirar deste número as impressões criticas dos seguintes livros: «Torre de Babel», por Fidelino de Figueiredo, «Barristas Portugueses» por Luis Chaves, «Bardos e Cavaleiros» por Luis Veiga.*

\*

*Agradecemos a oferta do livro de versos «Quimeras Atolescentes» que Adão de Figueiredo, um poeta muito novo, acaba de publicar.*

## ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

### NO BOM COMBATE

Continuam a afluir á nossa Secretaria Geral muitos boletins de inscriçáo, vindos dos mais diversos pontos do país, de novos soldados que se veem alistar, cheios de fé na obra de renascimento nacionalista, representada pela Acção Realista.

De entre os ultimos, que foram recebidos, destacaremos o nome do nosso amigo dr. Antonio de Menezes. Clínico illustre e raro temperamento de artista, a sua adesão representa sem dúvida a entrada de um valor na Acção Realista Portuguesa.

E registamos mais as seguintes inscrições:

*De Lisboa:* — Dr. Francisco da Costa Pessoa Cabral, Hermínio de Aquino e Sousa, Antonio Braz Santos J. or, Valeriano de Figueiredo, Américo Fernandes, Manuel Lopes Conde, Jorge de Figueiredo, Antonio de Castro, José Marques da Conceição, José Maria Leite Antunes, Manuel Busquets de Aguilar, Manuel Denis, e Artur de Sousa Marques Pinto.

*De Vila da Feira:* — João Augusto Pimenta.

*De Trás-os-Montes:* — Chaves: Artur Ferreira Sousa e Castro, Gabriel Augusto Simões, Joaquim Florencio, Augusto Castro Lopo; *Valpassos:* Artur Augusto Gonçalves, Luiz Candido Mimoso; *Vilarinho da Raia:* Miguel Bâtista de Oliveira

*Do Alentejo:* — Faro: Manuel Joaquim Barreiros, Octavio Antonio Fernandes

A todos os novos inscritos as nossas saudações e o pedido de que trabalhem quanto puderem para a salvação de Portugal.

### A NOSSA ORGANISAÇÃO EM TRÁS-OS-MONTES.

Continua com o maior entusiasmo a expansão da Acção Realista na provincia de Trás-os-Montes. Alem de muitos inscrições no nosso movimento, a nosso infatigavel e intelligente camarada dr. Sebastião Antas Botelho comunica nos ter organizado o Junta Municipal de Vila-Flor, com os melhores elementos daquela concelho.



Ficou assim composta :

*Presidente* : — dr. Antonio Augusto de Azevedo, médico ;

*Secretario* : — António Bento Meireles, proprietario;

*Tesoureiro* : — Martinho de Figueiredo, proprietario ;

*Vogais* : — Manuel Falcão, proprietario, e José Joaquim Silva, representante das classes operarias.

A todos estes nossos camaradas a Acção Realista apresenta os seus cumprimentos e diz-lhes quanto

confia na sua acção em prol do triunfo da causa nacional.

Estão em organização as Juntas municipais de Chaves, Mirandela e Moncorvo, importantes concelhos onde reina grande interesse, tanto entre as pessoas de maior representação como entre os populares, para a formação de fortes núcleos da Acção Realista.

Em Vila Real, está-se organizando um grupo de Voluntarios da A. R. nos termos dos Estatutos

## V Á R I A

### CASTELO BRANCO CHAVES

O illustre escritor Castelo Branco Chaves, que é um dos melhores valores da nova geração, pede-nos a publicação da seguinte carta :

Lisboa, 1925 — Julho, 1

Ex.<sup>mo</sup> Snr. Dr. José Pequito Rebelo,  
Dig.<sup>mo</sup> Vogal da Junta Central do  
Integralismo Lusitano

Levo ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que a partir da data desta carta me considero desligado do Integralismo Lusitano, não representando, porem, este acto (cumpra acentua-lo) a adesão a qualquer outro organismo politico.

Saio do Integralismo com uma folha de serviços limpa e honrada e com a satisfação moral de nunca ter sido dos ultimos nos sacrificios e nos perigos.

V. Ex.<sup>a</sup> dará a esta carta a publicidade que entender, reservando-me eu igual direito.

Apresentando-lhe os protestos da minha muita consideração pessoal, subscrevo-me de V. Ex.<sup>a</sup>

M.<sup>o</sup> Att.<sup>o</sup> e V.<sup>dor</sup>  
(ass) Castelo Branco Chaves.

### UMA ENTREVISTA COM O SENHOR DOUTOR TEIXEIRA DE ABREU

Armando Boaventura entrevistou ha dias o senhor doutor Teixeira de Abreu, illustre professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e ministro da Justiça no ministerio de João Franco. Revelam-se factos de grave importancia que veem explicar a situação que se seguiu á tragedia do Terreiro do Paço. A politica chamada de acalmção, que o traidor vice-almirante Ferreira do Amaral realizou, encobriu simplesmente a conspiração dos «monarquicos», sem principios monarchicos, contra a Monarquia. E' um periodo tragico, que deve ser bem estudado, em plena luz. Dessa maneira poderemos fazer uma critica mais concreta á celebre Carta Constitucional, que minou a autoridade do Rei, desorganizou a nação

e instituiu a tirania legal dos partidos, divorciados do interesse nacional, que requiere um órgão autoritário, soberano, independente e responsavel.

Mas o senhor doutor Teixeira de Abreu não se limitou simplesmente a fazer revelações politicas: não se limitou a falar sobre a politica de El-Rei o Senhor Dom Carlos. Foi mais além. Fez afirmações de principios, com uma nobreza de intelligencia que o honra e o impõe á nossa admiração. Ouçamol-a, numa parte da entrevista :

« — Triste futuro, então, se nos antolha . . . — objectámos. — E como prepará-lo melhor? Dentro do dilema, que para aí haja se estabelece, de *Bolchevismo* ou *Monarquia* ?

— Solução de extremos? . . . Olhe: o que eu penso é que a guerra veio operar uma completa e radical transformação nas concepções politicas.

«A Monarquia e a Republica, tal qual teem sido comprehendidas, assentavam na *soberania popular* . . .

.....

— Qual é a *verdade da doutrina* ?

— A Monarquia a restabelecer *terá uma estrutura juridica inteiramente diferente, para não dizer antagonica da que findou em 1910* que era, de resto, já, na mentalidade dos seus homens representativos, uma confusão de *principios liberaes com principios revolucionarios*. Compreende-se que as novas gerações não podem alhear-se de evolução e dos ensinamentos da sciencia politica moderna, que formalmente condena os principios em que assentavam as velhas concepções politicas :

— A *soberania popular*, por exemplo ?

— a que v. chamou ha pouco na expressão de Comte, um *dogma anarchico*, foi realmente uma das mentiras *convencionaes* de que imana directamente toda a desordem do presente.

E prosseguiu :

— Enquanto não houver realmente uma doutrina, isto é, enquanto não surgir uma geração que esteja ao facto do pensamento contemporaneo em materia de direito politico, a historia de Portugal continuará a ser uma sequencia de tumultos sem finalidade, de revoluções *ad odium*, impregnadas do personalismo de aventureiros ou do romanticismo de bem intencionados, mas em

todo o caso infecundo, sob o ponto de vista da reconstrução nacional...

— É a prova é que ?

— É que... as revoluções sucedem-se e o paiz vai de mal a peor, e a tal ponto que a simpatia de que Portugal gosava lá fóra se transformou acelaradamente numa atmosfera de asfixia, que de um momento para o outro, pode constituir um gravissimo risco para a nossa propria integridade.

É a querer concluir.

— É preciso, sim, fazer uma *Revolução*, mas uma *revolução de ideias*, que encarne o sentir nacional, dentro das formas da Tradição e que integralmente as efective.»

Não passe num silencio injustificavel estas palavras do ultimo ministro da Justiça de Dom Carlos I ! Essa entrevista merecia ser divulgada e reproduzida em todos os jornais monarchicos. Mas uma parte de Causa Monarquica parece ter horror ás ideias.

Pela nossa parte, deixamos registadas na nossa revista estas corajosas afirmações que, atendendo á categoria mental de quem as faz, revestem um extraordinario valor. A gente das gerações passadas, no nosso paiz, vive na imbecil contemplação das múmias do tempo antigo. Tremem de angustia e de terror perante os resultados da sciencia moderna... Poucas são as excepções que podemos contar. Mas de hoje por diante podemos enfileirar ao lado dos *ruços* que defendem a idéia eterna da autoridade e negam o mito da Soberania Popular, mais um velho politico, com uma vida de exemplar nobreza moral. O senhor doutor Teixeira de Abreu, com a sua inesperada atitude, com a sua coragem mental, merece a maior consideração de todos os monarchicos novos, que agora encontram nas suas autorizadas palavras a confirmação das ideias por que combatem. Negar a Soberania Popular é atacar, no seu fundamento, a doutrina democratica. Defender «uma Monarquia de doutrina diferente, para

não dizer antagonica, da que findou em 1910», é, marchar virilmente para a Monarquia tradicionalista e anti-parlamentar, que vai buscar á tradição as *direcções essenciais* e se mantem sempre actual moderna.

O doutor Teixeira de Abreu quase resgata a falta de coragem intelectual e a mumificação doutrinaria dos monarchicos da sua geração. O que mais desalenta, dentro da Causa Monarquica' é essa atmosfera bafienta, sem palpitação de vida moderna, — atmosfera de museu que nós temos de arejar, fazendo-a varrer pelas lufadas salubres do pensamento contemporaneo. E' triste lembrar o exemplo de velhos professores das Universidades que acompanham Mussolini e, em virtude duma forte orientação positivista, defendem o anti-liberalismo ; é triste lembrar esse exemplo e confrontá-lo com a pastosa preguiça mental e o ridiculo arcaismo de ideias que fazem de muitos professores das Universidades simples amanuenses da cultura oficial... O doutor Teixeira de Abreu, lente da Universidade, faz-nos lembrar o desassombro intelectual desses mestres italianos.

### DOM DUARTE NUNO

Num dos proximos números da nossa revista, publicaremos um retrato recente de S. A. R. o Principe Dom Duarte Nuno, herdeiro presuntivo do trôno de Portugal.

### TRANSCRIÇÕES

Agradecemos a todos os jornais que nos teem dado a honra de transcrever artigos publicados nesta revista. Nos nossos agradecimentos, especializamos o diário «O Dia» que ultimamente reproduziu quase integralmente A «*republicanização*» do ensino do nosso brilhante colaborador Fernando de Campos.

*No próximo número : colaboração de Rolão Preto, Castelo-Branco Chaves, Luis Chaves e Perry Vidal.*



# A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

## QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA**, o **MUNICIPIO** e o **SINDICATO PROFISSIO-NAL**;

A constituição dumas **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA**, da **TERRA**, da **INTELIGENCIA** e da **PRODUÇÃO**;

**UM REI** que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSAVEIS PERANTE ELE**;

Uma **MONARQUIA**, em fim, liberta de todas as mentiras democráticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL**.

**E' POSTO A' VENDA BREVEMENTE**  
**A Republica Portuguesa em face da Igreja**  
**Católica e a politica do Centro Católico**

por **Alfredo Pimenta**

Sensacional livro de politica portuguesa, em que são estudados problemas  
que interessam a todos os que se preocupam com o interesse nacional

Edição da **Acção Realista Portuguesa**

**LIVRARIA DEPOSITARIA-PORTUGAL-BRASIL**

Recebem-se pedidos na nossa administração

---

**A SAIR BREVEMENTE:**

**Carta aberta aos meus**  
**amigos e companheiros**

por

**H. DE PAIVA COUCEIRO**

Edição da **ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA**

---

**A' VENDA:**

Polémicas de Camilo — por **ANTONIO CABRAL**

Barristas Portugueses — por **LUIS CHAVES**

Camilo Contra-Revolucionario | por **FERNANDO CAMPOS**

Os Nossos Mestres

O Rei — por **LUIS COSTA**

A Crise da Democracia — por **CAETANO BEIRÃO**

---

**O verdadeiro**

**cigarro**

**turco**



**à venda**

**em todas as boas**

**tabacarias**

IMPORTADORES — A Engenheiro Braga, Lda. — Rua, 88, 2.º, LISBOA